

TPM em tempo de reanimação

N.º $\frac{14}{92}$

Uma ligeira melhoria de prestação de serviços públicos, classificada pelo director-geral da empresa Transportes Públicos de Maputo, João José, como período de reanimação da transportadora, caracteriza a actual fase em comparação com o último trimestre do ano findo, altura em que, sobretudo no mês de Dezembro, se agravou a ruptura da circulação dos veículos, fundamentalmente por falta de pneus, o que obrigou a empresa a operar com apenas seis veículos no serviço "Expresso" e quatro no normal.

Esta positiva tendência, embora ainda longe de garantir a prestação plena dos serviços a que a empresa está vocacionada resulta da concessão pelo Departamento de Análise Económica do Ministério das Finanças, de 80 milhões de meticais, cifra até então necessária para pelo menos se poder pôr a funcionar algumas unidades que se encontravam imobilizadas devido à falta de pneus.

No entanto, se a situação começou a melhorar a partir de Janeiro do corrente, ela estava uma vez mais a sofrer quedas que só foram possíveis estancar com a concessão de um crédito reembolsável dentro de três meses pela Mabor de Moçambique, o que possibilitou calçar as viaturas e mantê-las em circulação. João José indica, por outro lado, que dos 200 autocarros disponibilizados pelo Governo britânico nos meados da década 80, parte dos quais foram entregues a outras entidades e empresas, os Transportes Públicos de Maputo tinham ainda por receber quatro veículos que na altura se apresentaram com deficiências técnicas. Foi depois de se recuperar esta frota posteriormente acoplada à que estava em circulação que a transportadora começou a registar sensíveis melhorias, com a afectação de três unidades novas ao serviço normal e a outra no "Expresso."

Outro pormenor que directamente influi positivamente para a actual tendência que se vive nos Transportes Públicos do Maputo foi a revisão da tarifa praticada na prestação do serviço, apesar de, no dizer da nossa fonte, não ser possível determinar se a actual é correcta em termos de cobertura dos custos de produção, uma vez que grande parte da frota da empresa continua imobilizada.

Há também a destacar a incorporação de um autocarro que fora oferecido ao grupo cultural dos TPM, quando da sua digressão pelos países nórdicos no decurso do ano findo, para além da recuperação pela SETEC de um autocarro da série MK-1, o que permitiu que algumas linhas que até então se encontravam numa situação de semi-abandono voltassem a ser exploradas, como é o caso, por exemplo de Mahlazine.

Nesta fase da sua reanimação, a transportadora conta com 18 veículos no serviço "Expresso" e sete no normal, o que representa uma incorporação de mais de 15 autocarros. Em termos de frota disponível a empresa tem de momento 25 veículos, sem contar com os que, embora circulando durante uma parte do dia, são considerados deficientes no aspecto técnico e, por consequência, não conseguem cobrir o turno de 20 horas diárias que a transportadora realiza.

FORÇA DE TRABALHO OCIOSA

Dada a situação derivada pela imobilização de grande parte da frota e mesmo tomando em conta a actual tendência para o melhor, os Transportes Públicos de Maputo têm a maioria da sua força de trabalho na situação de ociosidade, embora involuntária.

Com um efectivo de 940 trabalhadores, estes pouco ou nada podem fazer para inverter a situação da transportadora, uma vez que esta opera abaixo dos níveis da capacidade instalada devido à falta de frota e, por consequência, a manutenção nada pode fazer uma vez não havendo fundos para aquisição de peças sobressalentes.

Apesar de se considerar a actual tarifa praticada na prestação de serviços ao público como estando muito próximo da realidade, João José sustenta que ainda não é possível antever melhores momentos, porquanto a sua empresa confronta-se hoje com problemas de salários dos trabalhadores, móbil que nos finais do ano passado determinou a paralisação do trabalho por parte destes, em jeito de reivindicação.

Como consequência, as receitas diárias são encaminhadas para o pagamento de salários, o que não permite a acumulação de outros montantes para socorrer outras necessidades, tais como aquisição de acessórios para a recuperação dos veículos imobilizados.